



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais
Curso de Especialização em Relações Internacionais

A Organização das Nações Unidas e a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no Brasil: um breve relato sobre a incorporação de projetos de cooperação Sul-Sul como prioridade para as Nações Unidas no Brasil desde 2007

Pedro Henrique Nascimento Souza

Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

Orientadora: Professora Doutora Cristina Yumie Aoki Inoue

Brasília – março de 2015

Resumo: O tema da cooperação sul-sul já existe no ceio das Nações Unidas desde os anos seguintes à sua criação. Entretanto ainda há muito a ser desenvolvido, principalmente no que se refere à metodologia como que cada um dos países parceiros da CSS entente e quantifica seus recursos, bem como avalia seus resultados. O sistema ONU no Brasil, apesar de ser pioneiro na inclusão da temática em seus documentos de planejamento e monitoramento da organização, ainda precisa desenvolver análises mais detalhadas de alcance e eficiências de suas ações.

Abstract: The theme of South-south cooperation is present at the center of the United Nations since its creation. However, there is still a lot to be developed, especially in regard to the methodology of what each one of the partner countries in SSC understands and measures the resources, as well as evaluate the results. The UN System in Brazil, although a pioneer in the inclusion of the theme of SSC in its planning and monitoring documents, still needs to develop more detailed analysis on the reach and efficiency of its actions.

Palavras-chaves: Organização das Nações Unidas – Política externa brasileira –
Cooperação Sul-Sul

Key-words: United Nations – Brazilian Foreign Policy – South-South Cooperation

INTRODUÇÃO

Nos últimos 70 anos, a cooperação internacional surgiu como objetivo e meio para se alcançar um ambiente internacional pacífico com estabilidade política e econômica. À medida que crescia a complexidade das relações entre os múltiplos e distintos atores internacionais, crescia também a gama de possibilidades de cooperação entre eles. E para se alcançar uma compreensão mais ampla dessas possibilidades de cooperação não há como se deixar de fora a percepção da evolução da Organização das Nações Unidas (ONU) como fórum multilateral participativo e agregador.

O presente artigo tem por objetivo principal apresentar um breve relato das origens da temática da cooperação sul-sul (CSS) no sistema internacional e de como esta se incorporou nos projetos operados pelas Nações Unidas no Brasil, além de ponderar como a CSS passou a fazer parte do Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (sigla em inglês: UNDAF) no Brasil. Por meio de tal apresentação espera-se também apontar os pontos positivos e negativos da presença da temática para o processo de construção do planejamento estratégico das Nações Unidas para o Brasil.

Além da introdução e das considerações finais, este trabalho se dividirá em três partes. A primeira trará um breve relato sobre a evolução do entendimento sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento e de como as configurações políticas resultantes dos períodos pós-Guerra e Guerra Fria culminaram na elaboração de novos entendimentos e arranjos políticos internacionais para a atuação no campo da cooperação internacional. Ainda por meio do relato histórico buscar-se-á expor como as Nações Unidas se envolveram para a promoção de discussões e definição de novos conceitos.

A segunda parte do artigo trará elementos para a compreensão de como a temática da cooperação sul-sul, ou cooperação horizontal, ganhou forças nas discussões dos diferentes fóruns da ONU, especialmente quando da criação de novos fóruns para o aprofundamento da temática. A segunda parte se encerrará com um recorte nacional, buscando detalhar a evolução da cooperação sul-sul nas discussões internas e nos instrumentos de planejamento das agências, fundos e programas da ONU no Brasil.

Por fim, o artigo também trará dados do governo brasileiro sobre a cooperação sul-sul desenvolvida em parceria com o Sistema das Nações Unidas no Brasil. Nesta parte serão apresentados alguns desafios para análise de dados sobre a temática, por meio de investigação com documentos oficiais preparados com regularidade pelo governo brasileiro.

Nesse sentido, adotar-se-á uma metodologia de análise documental e coleta de dados sobre os projetos de CSS desenvolvidos por meio das Nações Unidas no Brasil nos últimos três anos, o qual compreende o período de vigência do último UNDAF. A coleta de dados foi possível graças às informações fornecidas por agências, fundos e programas das Nações Unidas no Brasil, bem como pela Agência Brasileira de Cooperação, durante o período de outubro de 2014 a fevereiro de 2015.

A escolha do tema da cooperação sul-sul promovida pelo Brasil em parceria com as Nações Unidas, deve-se a observação da crescente relevância que a temática adquire nos atuais fóruns de debate o monitoramento do trabalho da ONU. Na última reunião do Comitê Econômico e Social (ECOSOC) realizada em Nova Iorque em fevereiro de 2015, por exemplo, a cooperação sul-sul foi tema de destaque entre os participantes que buscaram relatar a importância para o próprio pensamento da forma de atuação das Nações Unidas junto aos governos nacionais. Essa reunião concentrou esforços para apresentar alternativas e casos de sucessos da incorporação da temática nos instrumentos de planejamento e alinhamento das estratégias das Nações Unidas junto aos Estados-membros. O coordenador residente do Sistema ONU no Brasil foi convidado a apresentar o caso pioneiro do Brasil na incorporação da CSS como eixo temático estratégico no documento do Marco de Assistência da ONU para o Desenvolvimento no Brasil.

1. A EVOLUÇÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Dentro do estudo das relações internacionais há diferentes abordagens e visões sobre o fenômeno da cooperação internacional e suas consequências para a estabilização do cenário político e econômico internacional. A corrente institucionalista, por exemplo,

procura repensar a noção de anarquia do sistema de Estados e enfatiza as possibilidades de cooperação criadas pelas organizações internacionais. Segundo Robert Keohane e Joseph Nye (apud MAGNOLI, 2004, p. 44-45):

O principal foco dos institucionalistas encontra-se nos processos políticos internacionais. Os institucionalistas observam que existem oscilações, no decorrer do tempo e ao longo do espaço, na capacidade dos Estados de estabelecer comunicação e cooperar uns com os outros e que os aumentos nessa capacidade podem oferecer oportunidade para a redefinição de interesses e para a adoção de novas estratégias. A análise institucionalista sustenta uma afirmação que a singulariza: apesar da falta de governo comum na política internacional, a cooperação prolongada é possível sob algumas condições bem definidas. Essas condições abrangem a existência de interesses mútuos que possibilitam [...] vantagens para todos os parceiros, relações duradouras entre um número relativamente pequeno de agentes e a prática da reciprocidade em virtude de padrões de comportamento compartilhados. Tal cooperação não é antítese do conflito, mas constitui um processo de administração do conflito.

Essa nova corrente, portanto, abre nova polêmica teórica e metodológica no campo do realismo após a o período de pós-Guerra e de bipolarização do mundo. Aliás, o cenário econômico mundial do período pós-Guerra refletia as chagas trazidas pelos conflitos, que além de afetarem as capacidades produtivas da maioria dos países envolvidos, também impactava a geração de demanda por novas mercadorias.

Além do fator econômico, o clima de instabilidade também era perceptível na esfera política, que perpassava as fronteiras europeias divididas, entre capitalismo e comunismo, e alcançava os países do então terceiro mundo, “muitos dos quais ainda se encontravam em um contexto de descolonização e dependiam da assistência externa para sustentar suas economias e a construção de suas instituições nacionais” (SOUZA, 2014, p.11). Com o intuito de superar o clima de instabilidade econômica e fortalecer as instituições políticas foram criados o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional, resultantes dos Acordos de Bretton Woods de 1944. (HOBSBAWN, 1995, p.269).

Com a criação da Organização das Nações Unidas fica evidenciada essa necessidade de cooperação entre os países para superar as instabilidades dos anos anteriores. A Carta ONU já expressava essa preocupação.

No art. 1 do capítulo I (§ 3º) do documento, explicitou-se como um dos propósitos do novo organismo: “conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário...”. O Capítulo IX da Carta, em dois de seus artigos (55 e 56), reforça o conceito ao enunciar que os Membros da Organização se comprometem a agir em cooperação com esta, em conjunto ou separadamente, a fim de favorecer: a) níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social; b) a solução dos problemas internacionais econômicos, sociais, sanitários e conexos; a cooperação internacional, de caráter cultural e educacional; e c) o respeito universal e efetivo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião. (LEITE, 2011, p.60)

Entretanto a cooperação internacional para o desenvolvimento como a conhecemos hoje começou a tomar sua forma apenas nos anos 1960, quando a então Organização Europeia para a Cooperação Econômica foi sucedida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o qual buscava “auxiliar os países a atingirem um crescimento econômico e um nível de emprego sustentáveis”. Por meio da OCDE foi possível estabelecer uma divisão clara entre os países do Norte, tidos como países doadores de cooperação, e os países do Sul, lembrados como os receptores de cooperação técnica internacional.

Na verdade, o termo “cooperação técnica” só aparece em 1959, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas aprova a resolução n. 1.383, substituindo o termo “assistência técnica”¹ que era utilizado anteriormente. Tal mudança terminológica foi importante, pois trazia consigo uma compreensão de que haveria uma parceria entre

¹ O termo “assistência técnica” aparece na resolução n. 200 da Assembleia Geral das Nações Unidas, instituindo formalmente a cooperação para o desenvolvimento econômico. Por meio da resolução n. 200 foi possível estabelecer como um dos objetivos centrais da ONU a promoção do “progresso econômico e social”.

países doadores e receptores para a promoção do desenvolvimento e, dessa maneira, via-se um maior equilíbrio de poder e noção de equidade entre as nações cooperantes.

Atualmente, a cooperação internacional para o desenvolvimento ultrapassa a dicotomia das relações norte-sul, abrangendo um gama de interações mais complexas, diversas e dinâmicas do que quando pensado em sua origem. Além da incorporação de outros atores não estatais (como organizações não governamentais, fundações e empresas multinacionais), os quais desempenham crescente relevância no equilíbrio de forças das relações internacionais contemporâneas, o papel e a forma de interação dos atores estatais também mudaram. Alguns dos estados, antes tidos apenas como receptores de cooperação, passaram ao papel de doares. Outros acumulam ambas as funções. E ainda há a possibilidade de modalidades de cooperação internacional envolvendo mais de dois atores, de categorias diferentes ou não. Assim, o próprio entendimento do que seriam países doadores e países receptores se torna mais complexo, motivo pelo qual alguns preferem empregar a terminologia de países “parceiros” da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Estas constantes mudanças no papel de cada ator internacional na promoção da cooperação impulsiona o surgimento de uma diferenciação entre a cooperação tradicional, ou como alguns preferem chamar – cooperação vertical, e a cooperação entre os países do sul (em desenvolvimento) que passa a ser chamada de CSS, ou cooperação horizontal. Na verdade, o surgimento deste conceito está inclusive atrelado à criação de organismos internacionais regionais, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a qual nasceu de um clima de insatisfação dos países latino-americanos com o “atraso estrutural” vivido na região. Entre outros objetivos da CEPAL destaca-se o de “promove o desenvolvimento econômico e social mediante a cooperação e a integração no âmbito regional e sub-regional” (ONU, 2000). Uma década após seu surgimento, chega-se a criar dentro do organismo, por meio da resolução 58/220 de sua Assembleia Geral, um Comitê de Cooperação entre Países e Regiões em Desenvolvimento, que posteriormente é renomeado para Comitê de Cooperação Sul-Sul.

Muito além do eixo geográfico latino-americano, as relações entre países em desenvolvimento ganharam destaque também no continente asiático, quando da reaproximação entre a China e a Índia. Essa reaproximação, por sinal, culminou na Conferência de Bandung em 1955. Neste momento histórico, líderes dos países em

desenvolvimento somaram esforços para encontrar alternativas de crescimento econômico e fortalecimento político, principalmente perante os organismos internacionais, que fossem mais adequadas às suas realidades, distanciando-se do modelo capitalista e socialista. Para tanto foram criados princípios ideais (Quadro 1) que orientariam a CSS, enaltecendo o sentimento de solidariedade entre aqueles que compunham o grupo de países do Sul. Dessa forma, a CSS começou a ser distinguida da cooperação tradicional por não trazer as condicionalidades sociais, ambientais, de governança e direitos humanos sob os termos dos acordos entre países parceiros.

QUADRO 1

Os dez princípios de Bandung (1955)

1) Respeito aos direitos humanos fundamentais e aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas.
2) Respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações.
3) Reconhecimento da igualdade entre todas as raças e entre todas as nações, grandes e pequenas.
4) Não intervenção ou não interferência em assuntos internos de outros países.
5) Respeito aos direitos de cada nação à sua própria defesa, seja individual ou coletiva, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.
6) Abstenção do uso de pactos de defesa coletiva para beneficiar interesses específicos de quaisquer grandes potências e abstenção do exercício de pressões sobre os demais países.
7) Rechaço a ameaças e agressões, ou ao uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer país.
8) Emprego de soluções pacíficas em todos os conflitos internacionais, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.
9) Promoção dos interesses mútuos e da cooperação.
10) Respeito à justiça e às obrigações internacionais.

Fonte: Conferência Afro-Asiática de Bandung (Indonésia), 18 a 24 de abril de 1955. (apud, SOUZA, 2014, p.61)

Com o passar dos anos, a noção de pertencimento ao grupo dos países do Sul se fortaleceu entre a região latino-americana, africana e asiática. Começaram a surgir constantes discussões políticas dentro dos fóruns das Nações Unidas sobre a configuração de uma nova ordem econômica internacional e o papel das nações do Sul para essa nova ordem. Também apareceram os primeiros projetos de CSS. Neste contexto foi criada em 1964 a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, na sigla em inglês) e o Grupo dos 77² países em desenvolvimento (G-77), que muito contribuíram para a institucionalização da CSS.

Na década seguinte, surge dentro das Nações Unidas a Unidade Especial de Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento³, a qual foi ligada ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). De acordo com Souza (2014) “a unidade converteu-se no ponto focal da CSS no âmbito do sistema da organização, ao promover, gerir e coordenar esta cooperação e estabelecer o elo entre o PNUD e o G-77”. Tal mobilização culminou na Conferência da ONU sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, celebrada em Buenos Aires em 1978. Desse encontro surgiu o Plano de Ação de Buenos Aires (Paba), que, de acordo com Souza (2014), “consagrou novo conceito de cooperação técnica baseado na horizontalidade e no intercâmbio de informações e perícia entre países em desenvolvimento, em áreas como saúde, educação e agricultura”.

Apesar de nas décadas de 80 e 90, o tema ter perdido o destaque obtido nos anos anteriores, a CSS volta a pauta dos grandes encontros internacionais sobre desenvolvimento nos anos 2000, principalmente após a Conferência de Monterrey sobre Financiamento do Desenvolvimento em 2002. Nos anos seguintes houve também um grande esforço das Nações Unidas para promoção de estudos e debates sobre a eficácia da CSS, como alternativa complementar para a tipologia de cooperação prestada pela OCDE.

² O Grupo dos 77 é a maior organização intergovernamental dos países em desenvolvimento na ONU, que fornece meios para que esses países se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e avançar sua capacidade de negociação conjunta em todas as maiores questões econômicas internacionais na ONU e promover a cooperação sul-sul para o desenvolvimento. (Descrição disponível no site oficial do G77, em: www.g77.org).

³ Esta terminologia foi posteriormente alterada para cooperação sul-sul (Resolução n.58/200 da Assembleia Geral da ONU).

O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) utiliza-se do entendimento de que a CSS “representa uma genuína transferência de recursos do país oferecendo programas de cooperação para as economias dos países parceiros”. Ainda de acordo com o ECOSOC a CSS inclui

doações e empréstimos concessionais (incluindo créditos às exportações) proporcionados por um país do sul a outro para financiar projetos, programas, cooperação técnica, alívios de dívida e assistência humanitária, e suas contribuições a instituições multilaterais e bancos regionais de desenvolvimento (ECOSOC, 2009, p. 11-12).

Por fim, estudo efetuado para a ECOSOC concebe a CSS como sendo

mais ampla e profunda que o conceito de ajuda do norte. Não só cobre fluxos financeiros, tais como empréstimos e doações para projetos e programas sociais e de infraestrutura, mas também cobre cooperação via compartilhamento de experiências, tecnologia e transferência de qualificações, acesso preferencial a mercados, investimento e suporte orientado ao comércio (ECOSOC, 2009, p. iii e 3).

De acordo com o PNUD, a CSS também atuaria como “um amplo sistema para a colaboração entre países do sul nos domínios econômico, social, cultural, ambiental e técnico” (UNDP, 2007).

2. A CSS COM TEMÁTICA PRIORITÁRIA DO SISTEMA ONU NO BRASIL

A ONU tem um notório papel no âmbito da promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento. Como mencionado anteriormente, ela carrega em sua carta constitutiva o propósito de resolver os problemas econômicos, sociais, culturais e humanitários por meio da cooperação internacional. E, por funcionar como um fórum político com ampla participação e representatividade, novos conceitos e formas de atuação são discutidos e elaborados de forma que se possam alcançar mais facilmente tais propósitos.

Entretanto, apesar de contar com 193 estados membros, a ONU continua funcionando nos últimos 70 anos com o recebimento de doações, sejam elas de Estados

Membros ou de outros atores internacionais (como fundações e empresas multinacionais). Dessa forma seria precipitado pensar que o volume investido pela ONU em cooperação internacional para o desenvolvimento fosse maior que a somatória dos investimentos realizados pelas relações diretas (sem intermédio de organismos internacionais) de seus estados membros. Na verdade, entre 2008 e 2010, a média de contribuição da ONU foi de apenas 17% do orçamento anual da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA, na sigla em inglês) multilateral (SOUZA, 2014, p.97).

Ainda vale ressaltar que a definição do orçamento para cada agência, fundo ou programa das Nações Unidas não acontece da mesma forma. Para o PNUD, por exemplo, o orçamento oriundo da contribuição voluntária dos Estados-membros da ONU – orçamento core - é decidido pelos 54 Estados-membros do ECOSOC. Esta regra não é a mesma para as agências especializadas que se reportam aos seus próprios Conselhos Executivos, uma vez que seus Estados-membros não são necessariamente aqueles que fazem parte da Assembleia Geral da ONU.

Outro fator a ser lembrado ao se pensar o papel da ONU da promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento é a sua distribuição descentralizada. As agências, fundos e programas que fazem parte da ONU são compostos por suas sedes e escritórios nacionais e regionais espalhados pelos Estados-membros. E esta distribuição é significativa quando se pondera o alinhamento da atuação da ONU frente aos desafios locais para se alcançar os níveis esperados de desenvolvimento. O PNUD, por exemplo, está presente em 138 países e possui projetos em mais de 170 Estados e territórios. Essa abrangência só é possível porque além de contar com o orçamento core, proveniente das doações de todos os seus Estados-membros, os organismos da ONU também possuem flexibilidade para negociação de doações dos países nos quais eles possuem escritórios nacionais ou regionais. É por meio desse orçamento local que são viabilizados grande parte dos projetos da ONU executados em países em desenvolvimento, como o Brasil, a Argentina, o Egito, o Peru, a China, entre outros.

Com a possibilidade de negociação direta com os países em desenvolvimento para o financiamento dos projetos locais muitas agências, fundos e programas começaram a instalar mais e mais escritórios locais nestes países nas duas três últimas décadas. Este movimento acabou gerando críticas à descentralização da gestão dos projetos, uma vez que muitos incorriam em sobreposição a projetos já existentes de outras agências, fundos ou programas. Uma determinada temática, por exemplo, poderia

ser trabalhada por projetos de mais de uma agência da ONU, ainda que financiados pelo mesmo país.

As críticas que surgiram culminaram em um processo de reforma interna da ONU, pelo qual foram criadas três novas instâncias: a) a figura de um coordenador residente; b) o Grupo de Desenvolvimento da ONU (UNDG, na sigla em inglês); e c) o Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAF, na sigla em inglês). Na primeira instância, o coordenador residente tem a função de coordenador todos os organismos do Sistema ONU que atual localmente em um determinado país, bem como promover atividades que envolvam mais de um organismo como forma de melhorar a eficiência e abrangência dos projetos da ONU, sem, contudo, incorrer em aumento de custos para o país financiador. O UNDG reúne todas as organizações do sistema ONU que trabalham com a temática de promoção do desenvolvimento, no seu aspecto mais amplo, de forma a garantir uma coordenação mais eficaz, com uma abordagem mais coerente e alinhada, de forma a se alcançar as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Já o Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento⁴ é um documento de planejamento e monitoramento das atividades da ONU consideradas como prioritárias para o alcance do desenvolvimento nacional de um determinado país. Este documento é elaborado pelo grupo de agências, fundos e programas da ONU instalados localmente, chamado de UNCT (United Nations Country Team), em conjunto com os representantes do governo nacional⁵. Por meio do UNDAF são estabelecidos os eixos temáticos que serão priorizados pelo UNCT para um período que varia entre três e cinco anos.

2.1 O UNDAF no Brasil e a CSS

⁴ O termo “Marco de Assistência”, apesar de ainda ser utilizado, já foi criticado e substituído em muitos países. Alguns, como a China, prefere o termo “Marco de Parceria”, outros preferem “Marco de Cooperação”. Entretanto, para o Brasil, ainda permanece o termo original – “Marco de Assistência”.

⁵ Desde 2010, os UNCT foram orientados a também convidar parceiros locais da sociedade civil, academia e setor privado para colaborarem na construção do UNDAF, de forma que este possa refletir com maior precisão as necessidades nacionais de desenvolvimento.

O primeiro Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento para o Brasil foi criado em 2001 e aprovado em 2002, e compreenderia as ações das Nações Unidas entre os anos de 2002 a 2006. Neste primeiro momento buscava-se um alinhamento claro entre as prioridades de atuação do Sistema ONU no Brasil e o Plano Plurianual (2001-2003). E justamente por refletir diretamente os objetivos de desenvolvimento nacionais, o UNDAF de 2002 ainda não trazia consigo as possibilidades de cooperação entre o Brasil e a ONU para a inserção internacional do país em outras regiões em matérias de desenvolvimento e direitos humanos.

Contudo, a política externa estabelecida pelo governo Lula a partir de 2002 deixava clara que o Brasil procuraria ter um papel mais proeminente no cenário internacional, principalmente na temática de combate à fome e a extrema pobreza. Essa nova postura foi refletida nos projetos da ONU que se desenvolveram no território nacional durante o período de vigência do primeiro UNDAF. Neste contexto também se criou oportunidade de interlocução com os diferentes setores do governo para prospecção de como o país poderia colaborar com os países em desenvolvimento nas mesmas matérias de desenvolvimento social.

Dessa maneira, começaram a surgir projetos de cooperação sul-sul implementados em parceria com as Nações Unidas nos países da região latino-americana e africana. Em 2003, por exemplo, uma equipe formada por especialistas do governo brasileiro na área de programas de transferências de renda levaram a tecnologia social desenvolvida no Brasil para o Peru, ainda sob a administração do presidente Toledo. Por meio de capacitações, treinamentos e gestão do desenvolvimento do programa nacional peruano de transferência de renda, chamado Programa Juntos, o PNUD instalado no Peru, atuou como ponte entre o governo brasileiro e o governo peruano. Hoje o programa, beneficia mais de 600 mil famílias no Peru e é um caso de sucesso da cooperação técnica brasileira em parceria com as Nações Unidas. (VAKIS, 2009). Todavia, este programa não estava previsto dentro do UNDAF para o Brasil o para o Peru.

Em 2005, durante a preparação do segundo UNDAF para o Brasil, pela primeira vez um país estabelecia em seu Marco de Assistência a importância das agências, fundos e programas das Nações Unidas colaborarem com o governo local para o desenvolvimento de projetos na área da CSS. Apesar de não ter se tornado um eixo

temático prioritário para a atuação da ONU no Brasil, a cooperação sul-sul foi pensado como mecanismo facilitador da implementação das ações previstas no UNDAF.

Os mecanismos de cooperação Sul-Sul também estão relacionados à implementação das ações. A adoção desta abordagem, onde o Brasil tem longa experiência, permitirá que as contribuições e melhores práticas nacionais sejam compartilhadas com outros países em desenvolvimento e, do mesmo modo, as boas experiências testadas no exterior possam ser adaptadas ao contexto brasileiro e subsidiar o planejamento e a elaboração de políticas. A UNCT continuará a adotar este mecanismo, entre outros, na prevenção e tratamento de HIV-AIDS, e buscará identificar novas oportunidades de cooperação Sul-Sul. (UNCT BRAZIL, 2005, p.13)

É possível notar que o texto do UNDAF faz menção não apenas a cooperação sul-sul promovida pelo Brasil como também àquela promovida por outros países por meio da ONU e que beneficiam o Brasil. Este é um ponto que ainda merece maior aprofundamento e harmonização entre o que é o entendimento das Nações Unidas sobre a CSS e o que é o entendimento do governo brasileiro. Para o governo, para que haja CSS de fato é necessário que o país seja signatário de um acordo com outro ou outros países também em desenvolvimento, independente se haverá parceria da ONU ou não. Entretanto, para as Nações Unidas, a utilização de tecnologias sociais desenvolvidas por um país em desenvolvimento em seus projetos implementados em outro país poderia ser caracterizado como uma modalidade de cooperação sul-sul.

Considerando que as agências, fundos e programas da ONU estão descentralizados em quase todos os Estados-membros da organização e considerando que uma das formas de trabalho mais efetivo e de maior valor agregado da ONU é a criação e gestão de novos conhecimentos (os estudos de mudanças climáticas são exemplos claros desse papel) seria pertinente dizer o intercâmbio de conhecimento entre especialistas de países em desenvolvimento por meio de projetos da ONU poderia ser caracterizado como modalidade de CSS. Entretanto, este entendimento tampouco aparece no UNDAF, justamente porque o documento não traz uma definição clara do que seria a CSS para a ONU.

Em 2010, o UNDG lançou novas diretrizes para a elaboração do UNDAF e dos documentos de análise de país (CCA, na sigla em inglês). Essas diretrizes se originaram

também das críticas que foram recebidos pelos representantes dos países em desenvolvimento no âmbito das discussões das Sessões do ECOSOC. Ficaria então evidente que o UNCT deveria convidar representantes do governo local, da sociedade civil, da academia e até parceiros estratégicos do setor privado para participar de todo o processo de elaboração do UNDAF. Buscava-se, dessa forma, trazer uma maior representatividade e diversidade de interesses na promoção do desenvolvimento nacional.

Esta maior interatividade com seus parceiros nacionais permitiu que o UNCT produzisse um documento mais abrangente que levasse em conta as desigualdades regionais internas do Brasil e as vantagens comparativas das Nações Unidas para colaborar com o país na eliminação de tais desigualdades. Às vésperas da organização da Conferência Rio+20, o UNDAF elaborado em 2010 trouxe também uma preocupação nítida com o tema da sustentabilidade, ainda que o tema já tivesse aparecido nos documentos anteriores.

Contudo, o que ganhou maior destaque no atual UNDAF⁶, considerando que à época da elaboração deste artigo sua vigência ainda não chegou ao fim, foi a incorporação do tema da CSS como um eixo temático prioritário para a atuação das Nações Unidas no Brasil. O texto aprovado pelo governo brasileiro aponta que

O Sistema das Nações Unidas tem vantagens comparativas e está bem posicionado para auxiliar, no marco dos compromissos internacionalmente assumidos, o compartilhamento de boas práticas entre países por meio do aperfeiçoamento de capacidades, do intercâmbio, da facilitação do envolvimento da sociedade civil com processos de cooperação Sul-Sul e de parcerias de cooperação triangular que poderiam potencializar recursos com uma abordagem focada na equidade. (...) A cooperação triangular brasileira com organizações internacionais possibilita a elaboração de ações conjuntas e não é baseada em doações financeiras. Essa prática do governo brasileiro amplia as possibilidades de complementaridade

⁶ Em 2010, previa-se que o UNDAF teria uma vigência de quatro anos, de forma que estivesse alinhado com o período de produção do Plano Plurianual (PPA). Entretanto, em 2014, frente ao clima de execução de atividades do governo para a organização do evento da Copa do Mundo da FIFA, bem como frente ao clima de eleições presidenciais, o UNCT no Brasil optou por prorrogar o ciclo do UNDAF por mais um ano, de forma que o governo tivesse melhores oportunidades para se envolver na elaboração do próximo documento.

com a agenda de cooperação técnica bilateral Sul-Sul, além de promover a divulgação das boas práticas brasileiras para os outros países em desenvolvimento, na busca de ações mais efetivas, de longo prazo e sustentáveis. (UNCT BRAZIL, 2011, p.11)

Vale ainda ressaltar que o texto estabelece resultados prioritários que deveriam ser alcançados pelos projetos desenvolvidos pelo governo brasileiro em parceria com as Nações Unidas. Dessa forma, ao contrário do texto elaborado no UNDAF de 2005, fica claro que o governo brasileiro deve participar de todas as iniciativas de cooperação sul-sul, ainda que estas incluam atores da sociedade civil, da academia ou do setor privado. Os resultados prioritários no âmbito do eixo temático em CSS são:

- a) Fortalecimento de uma cultura de cooperação intersetorial entre instituições brasileiras.
- b) Ampliação dos mecanismos de gestão do conhecimento sistematizado, promovendo a construção conjunta de novas capacidades com parceiros de outros países a partir da experiência brasileira.
- c) Estruturação das parcerias trilaterais de cooperação técnica entre o Brasil, o Sistema das Nações Unidas e os países em desenvolvimento, com base em programas mutuamente acordados.

Por decisão do UNCT no Brasil, não foi produzido, todavia, uma avaliação de meio termo para o UNDAF que ainda está vigente. Tampouco foi concluída a avaliação final do documento, em virtude de sua prorrogação. Portanto, ainda não é possível afirmar qual é o grau de alcance dos resultados planejados em 2010.

QUADRO 2

Eixos temáticos prioritários para a atuação da ONU no Brasil

UNDAF Brasil (2002-2006)
Eixo temático 1 – Redução das Desigualdades Múltiplas
Eixo temático 2 – Melhoria da Eficiência e da Prestação de Contas do Setor Público
Eixo temático 3 – Desenvolvimento Ambientalmente Sustentável
Eixo temático 4 – Proteção dos Direitos Humanos
UNDAF Brasil (2007-2011)

Eixo temático 1 – Populações excluídas e vulneráveis com direito a serviços públicos assegurado
Eixo temático 2 – Desigualdades de gênero e raça/etnia reduzidos, considerando o impacto de heterogeneidades territoriais
Eixo temático 3 – Violência reduzida, promovendo a paz, a conciliação e a justiça
Eixo temático 4 – Políticas e gestão públicas eficazes, transparentes e participativas asseguradas, como mecanismos de promoção e exigibilidade dos direitos humanos
Eixo temático 5 – Uso eficiente dos recursos disponíveis garantido para a promoção do desenvolvimento econômico equitativo e ambientalmente sustentável
UNDAF Brasil (2012-2015)
Eixo temático 1 – ODMs para Todos os Brasileiros e Brasileiras
Eixo temático 2 – Economia Verde e Trabalho Decente
Eixo temático 3 – Segurança e Cidadania
Eixo temático 4 – Cooperação Sul-Sul

3. Os projetos de CSS desenvolvidos pelo Brasil em parceria com a ONU

Em 2010 o governo brasileiro, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publica uma pesquisa realizada entre os anos de 2005 e 2009 com o levantamento de gastos com a temática de cooperação internacional para o desenvolvimento. Tal documento, chamado de Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005 a 2009 (Cobradi), ganhou destaque por ser a primeira vez que um país em desenvolvimento estabelecia uma metodologia para quantificar seus investimentos em CSS. Objetivava-se, desta forma, dar transparência a estratégia de política externa brasileira de inserção internacional. Entretanto o levantamento que deveria ter uma periodicidade anual só volta a ser publicado novamente em 2013 com dados relativos ao ano de 2010 a 2012.⁷

A Cobradi de 2013 aponta para o entendimento que a cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional é distribuída com gastos com as seguintes atividades:

⁷ Até o momento da elaboração deste artigo os dados da Cobradi para os anos posteriores a 2012 ainda não foram divulgados.

- a) Disponibilização de pessoal, infraestrutura e recursos financeiros mediante a capacitação de indivíduos e fortalecimento de organizações e instituições no exterior;
- b) Organização ou participação em missões ou operações de manutenção da paz;
- c) Gestão de programas e projetos científico-tecnológicos conjuntos com outros países e institutos de pesquisa;
- d) Cooperação humanitária;
- e) Apoio à integração de refugiados em território nacional;
- f) Pagamento de contribuições e integralizações de participação em organismos internacionais e doações oficiais, organizados por modalidades em conformidade com a nomenclatura internacional vigente.

Ainda de acordo com o documento,

Os gastos com a cooperação brasileira em 2010 totalizaram R\$ 1,6 bilhão equivalentes a US\$ 923 milhões em moeda corrente, representando um aumento nominal de 91,2% em relação a 2009. Deste total, R\$ 1,3 bilhão (81,4%) correspondem a gastos com a cooperação multilateral e R\$ 302 milhões (18,6%) com a cooperação bilateral. (IPEA:ABC, 2010, p.7)

Entretanto, o documento aponta uma divisão da cooperação brasileira nas seguintes modalidades:

- | | |
|--|---|
| 1) Cooperação técnica | 5) Apoio e proteção a refugiados |
| 2) Cooperação educacional | 6) Operações de manutenção de paz |
| 3) Cooperação científica e tecnológica | 7) Gastos com organismos internacionais |
| 4) Cooperação humanitária | |

Sendo assim, para o presente estudo e obedecendo às definições da Cobradi 2013, serão considerados apenas os gastos brasileiros com a cooperação técnica⁸, a qual também pode ser dividida de acordo com os parceiros, podendo ser bilateral ou multilateral. Esta modalidade de cooperação “visa à capacitação de indivíduos e ao

⁸ Os gastos com organismos internacionais referem-se às contribuições diretas do Brasil para o funcionamento destes organismos sem necessariamente, contudo, incorrer e elaboração de projetos para promoção do desenvolvimento.

fortalecimento de organizações e instituições no exterior” e é coordenada e por vezes financiada pela ABC/MRE.

A cooperação técnica internacional entre o governo federal e países parceiros é hoje realizada por mais de 170 órgãos do governo federal, incluindo ministérios, autarquias, fundações e empresas públicas em áreas tão diversas como agricultura, educação, ensino profissionalizante, saúde, meio ambiente, administração pública, transportes, energia, saneamento, construção de casas populares, cultura e justiça. (ibid, p.28)

A divisão de recursos entre as a cooperação técnica bilateral e a multilateral favorece a primeira que, de acordo com dados de 2010, recebia 82% dos gastos totais, contra 18% destinados para a cooperação multilateral. E mesmo assim, nem todos os recursos da cooperação técnica multilateral são destinados aos projetos em parceria com as Nações Unidas no Brasil. Muitos desses projetos acontecem triangularmente com países membros da OCDE, por exemplo. A Cobradi 2013, contudo, não traz dados isolados da quantidade de recursos destinados a projetos de cooperação técnica multilateral em parceria com organismos da ONU no Brasil.

O quadro abaixo traz um levantamento de dados feito junto a ABC/MRE em fevereiro de 2015, no qual aparece grande parte dos projetos de CSS em parceria com a ONU no Brasil que ora estão em vigência ou foram recentemente concluídos. Todos os projetos listados estão no contexto do atual UNDAF para o Brasil, o qual, como mencionado anteriormente, possui um eixo temático prioritário para a CSS.

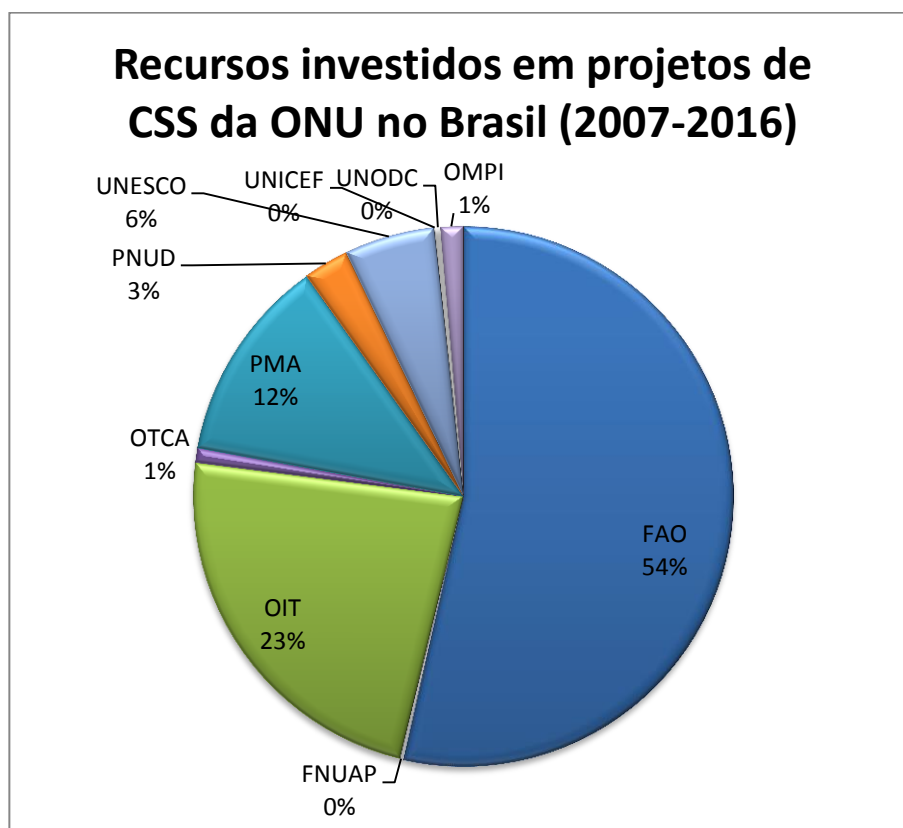
Entretanto, vale destacar que há projetos que não foram colocados no quadro porque ainda estão em fase de negociação ou que, mesmo já aprovados, ainda não iniciaram a execução das atividades previstas. Há projetos que também não aparecem no quadro porque não foram informados pela ABC. Os projetos da Organização Pan-Americana de Saúde, por exemplo, não passam pela ABC para serem aprovados. Eles são negociados diretamente com o Ministério da Saúde. Assim, ainda que se saiba da existência de projetos de CSS do governo brasileiro em parceria com a OPAS, estes não aparecerão no quadro.⁹

⁹ Seria necessário um futuro trabalho de levantamento das informações sobre estes projetos junto a Assessoria Internacional do Ministério da Saúde.

Como não há parâmetros anteriores para avaliar o crescimento dos investimentos brasileiros em projetos de CSS em parceria com a ONU no Brasil, resta apenas destacar as áreas com maior volume de investimentos bem como as regiões com maior fluxo de implementação de projetos de CSS. Considerando também que o levantamento não encontrou um recorte da quantidade de recursos desembolsados anualmente, não há com se identificar a influência da incorporação do eixo temático prioritário sobre CSS no atual UNDAF para o aumento dos investimentos do governo na CSS.

Pode-se inferir, portanto, que a maioria dos recursos que foram investidos pelo Brasil em projetos de CSS entre 2007 e 2016, foram destinados à temática da segurança alimentar e nutricional, temática esta que é desenvolvida pela Organização Mundial de Alimentos (FAO) e pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA), ligado ao GFome do MRE. As duas organizações representam juntas 66% dos investimentos totais em projetos de CSS em parceria com a ONU, entre o período de vigência dos dois últimos UNDAFs.

Gráfico 1



Quadro 3

PROJETOS TRILATERAIS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA SUL-SUL COM ORGANISMOS DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL				
Título	Países Parceiros	Orçamento	Vigência	Status
FAO				
GCP/RLA/173/BRA - Fortalecimento dos espaços de diálogo entre FAO, Governos e Sociedade Civil: novos mecanismos de construção de políticas públicas, apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional	Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai	\$ 7.142.386,00	01/09/2008 a 31/12/2016	Em execução (extensão)
GCP/RLA/180/BRA - Fortalecimento dos programas de alimentação escolar no marco da iniciativa América Latina sem Fome 2025	Bolívia, Colômbia, Nicarágua, Guatemala, El Salvador, Peru, Paraguai, República Dominicana, Antígua e Barbuda, Costa Rica, Honduras, Jamaica, St. Lucia, Equador, Barbados, Venezuela	\$ 9.193.991,00	01/07/2009 a 31/12/2016	Em execução
GCP/RLA/190/BRA - Projeto de Ativação dos Serviços de Consolidação da Rede de Aquicultura das Américas (RAA).	Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai	\$ 2.011.323,00	01/01/2011 a 31/12/2017	Em execução
GCP/RLA/193/BRA - Apoio para as Estratégias Nacionais e Sub-regionais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e de Superação da Pobreza em países da América Latina e do Caribe.	Colômbia, Bolívia, El Salvador, Honduras, Equador, Guatemala, Nicarágua, Paraguai, Peru, Antígua e Barbuda, UNASUL	\$ 4.291.464,00	01/07/2012 a 01/07/2016	Em execução
GCP/RLA/195/BRA - Fortalecimento das Políticas Agroambientais em Países da América Latina e Caribe através de Diálogo e Intercâmbio de Experiências Nacionais	Chile, Colômbia, México, Nicarágua	\$ 720.000,00	20/06/2012 a 30/04/2015	Em execução
GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento do Setor Algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul	Peru, Paraguai, Equador, Colômbia, Bolívia e Argentina	\$ 10.000.000,00	01/10/2012 a 01/12/2016	Em execução
GCP/RFA/483/BRA - Fortalecimento de Programas de Alimentação Escolar na África	Malawi, Etiópia, São Tomé e Príncipe	\$ 1.896.633,00	15/08/2013 a 15/08/2015	Em execução
GCP/RFA/498/BRA - Fortalecimento do Setor Pesqueiro de Países Africanos	Gana, Moçambique, Zimbábue, Quênia, Senegal	\$ 4.000.000,00	04/12/2014 a 31/12/2017	Em execução
FNUAP				
CGCM/FNUAP/Haiti/2013 - Apoio técnico e reforço das capacidades do Instituto Haitiano de Estatística e Informática para a realização do 5º Recenseamento Geral Populacional e Habitacional (RGPH) do Haiti	Haiti	\$ 45.000,00	01/05/2013 a 01/08/2014	Em execução
Programa Cooperação	Haiti, Moçambique, Guiana, Rep. Dominicana, Centros de Excelência (África do Sul e Senegal)	\$ 129.926,00	01/01/2014 a 31/12/2016	Em execução
OIT				
INT/09/60/BRA - Projeto de Apoio ao Programa de Cooperação Sul-Sul Brasil/OIT na área da Seguridade Social	América Latina e África	\$ 434.911,00	26/10/2009 a 31/12/2013	Concluído
PAR/10/02/BRA - Promoção da Cooperação Sul-Sul na Área de Seguridade Social no Paraguai	Paraguai	\$ 185.090,00	24/11/2010 a 31/12/2013	Concluído

TIM/10/03/BRA - Apoio ao Programa de Parceria Brasil-OIT para a Promoção da Cooperação Sul-Sul na Área de seguridade Social	Timor Leste	\$ 374.490,00	01/06/2010 a 31/07/2013	Concluído
RLA/09/53/BRA - Programa de Parceria Brasil/OIT para a Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil nas Américas - Projeto de Apoio	Bolívia, Equador, Paraguai, Uruguai, Argentina, Haiti, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Tanzânia	\$ 4.263.764,00	01/06/2009 a 31/12/2015	Em execução
BOL/09/52/BRA - Contribuição ao Desenvolvimento de Políticas e Programas Nacionais de prevenção e eliminação das piores formas de Trabalho Infantil na Bolívia	Bolívia	\$ 219.362,00	26/10/2009 a 30/06/2012	Concluído
ECU/09/52/BRA - Redução do Trabalho Infantil por Meio da Cooperação Sul-Sul no Equador	Equador	\$ 724.689,00	26/10/2009 a 30/06/2014	Concluído
HAI/10/02/USA - Proteção de Crianças contra o Trabalho Infantil durante a Fase Inicial de Recuperação	Haiti	\$ 1.285.230,00	16/05/2012 a 30/06/2014	Concluído
HAI/07/02/USA - Eliminação e Prevenção das Piores Formas de Trabalho Infantil	Haiti	\$ 289.823,00	23/11/2007 a 31/12/2010	Concluído
PAR/09/52/BRA - Proteção e Promoção Social de meninos(as), adolescentes e suas famílias em situação de trabalho infantil no Paraguai.	Paraguai	\$ 283.895,00	01/11/2009 a 30/12/2012	Concluído
RAF/10/55/USA - Apoio a ações voltadas para a consecução das metas de 2015 de eliminação das piores formas de trabalho infantil em países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) por meio de conhecimentos, conscientização e Cooperação Sul-Sul	Países da CPLP	\$ 450.000,00	01/05/2011 a 30/06/2014	Em execução
RLA/13/001/BRA - Estratégias para acelerar o Ritmo da Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil	América Latina e África	\$ 1.643.558,00	11/10/2012 a 10/06/2014	Em execução (extensão)
RLA/11/50P/BRA - Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no MERCOSUL	Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela	\$ 308.298,00	24/11/2010 a 30/11/2013	Concluído
TIM/09/50/BRA - Programa do Timor Leste para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil	Timor Leste	\$ 257.376,00	01/11/2009 a 31/07/2013	Concluído
URT/10/01/BRA - Apoio à Implementação do Plano de Ação Nacional para a Eliminação do Trabalho Infantil na Tanzânia	Tanzânia	\$ 276.318,00	03/02/2011 a 31/12/2013	Concluído
RLA/12/09/USA - Consolidação e Disseminação de esforços para combater o trabalho forçado no Brasil e no Peru	Peru	\$ 6.000.000,00	20/05/2014 a 20/05/2018	Em execução
OTCA				
ANA/OTCA/001 - Projeto Amazonas: Ação Regional na Área de Recursos Hídricos	Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela	\$ 521.739,00	06/07/2012 a 06/07/2014	Em execução (extensão)
SAE/OTCA/002 - Apoio à Agenda Social Amazônica da OTCA	Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela	\$ 136.956,00	21/12/2012 a 21/12/2015	Em execução (extensão)
PMA				

Programa de Execução PMA/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar	Timor-Leste, Guiné Bissau, Haiti, Malauí, Mali, Moçambique, Tanzânia, Gana, Ruanda, Senegal, Bangladesh, Costa do Marfim, Níger, Guiné Conacri, Laos, Togo, Zâmbia, Quênia, Zimbábue, Etiópia, Gambia, Burundi e Benin	\$ 9.000.000,00	24/10/2010 a 31/12/2016	Em execução
PNUD				
BRA/11/018 - Projeto de Cooperação Sul-Sul de Fortalecimento de Programas de Alimentação Escolar Sustentáveis em países em desenvolvimento	Bangladesh, Congo, Gana, Guiné-Bissau, Guiné-Conacry, Haiti, Malauí, Mali, México, Níger, Ruanda, Senegal, Timor Leste, Zâmbia, Costa do Marfim, Quênia, Laos, Togo, Bolívia, Colômbia, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Peru	\$ 2.000.000,00	07/11/2011 a 31/12/2015	Em execução
UNESCO				
BRA/04/044-S217: Jovens Lideranças para a multiplicação de boas práticas socioeducativas (2010 a 2013)	Guiné-Bissau	\$ 1.233.410,00	05/06/2013 a 05/06/2014	Em execução (extensão)
BRA/04/044-A1094 – Jovens Lideranças para a multiplicação de boas práticas socioeducativas				
Cooperação Sul-Sul para o fortalecimento da gestão integrada e do uso sustentável dos recursos hídricos no contexto dos países da América Latina e Caribe, e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)	Peru, Equador, Uruguai, Argentina, Chile	\$ 2.361.191,00	19/12/2013 a 19/12/2016	Em execução
Programa Parceria Brasil/UNESCO para a promoção da CSS	África e ALC	\$ 354.134,00	2013 a 2014	Em execução
UNICEF				
Cooperação na área de adolescentes e proteção social	Jamaica, Armênia, Argélia, Guatemala, Etiópia, Tunísia	\$ 100.000,00	2014	Em execução
UNODC				
BRA/04/044 -S166 - Centro de formação das forças de segurança de Guiné-Bissau (2009-2012)	Guiné-Bissau	\$ 334.156,00	07/11/2012 a 30/06/2014	Concluído
BRA/04/044-A1053 - Desenvolver Atividades no Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné Bissau	Guiné-Bissau	\$ 26.680,00	07/11/2012 a 31/12/2014	Concluído
BRA/13/008/A034 - Centro de formação das forças de segurança de Guiné-Bissau	Guiné-Bissau	\$ 168.586,00	19/11/2014 a 31/03/2015	Em execução
OMPI				
Programa parceria África e ALC		\$ 1.000.000,00	2012 a 2015	Em execução

Fonte: Agência Brasileira de Cooperação, 13 de fevereiro de 2015.

Considerações finais

Essa crescente complexidade das modalidades de cooperação internacional para o desenvolvimento é agravada por uma falta de definição clara e consensual, o que permitiria uma melhor distinção das outras possibilidades de cooperação, como a financeira, a militar ou aquelas de tratam dos investimentos estrangeiros diretos. Soma-se a falta de um conceito comum a dificuldade de estabelecer parâmetros para quantificar o volume de recursos empenhado pelos países cooperantes.

Mas a cooperação internacional e, no que tange a este trabalho, a cooperação sul-sul ganhou força nos últimos anos, principalmente após os anos 2000. Foram criados novos fóruns políticos de discussão sobre o papel da CSS para a promoção do progresso e do desenvolvimento econômico e social. Estes fóruns, em sua maioria inseridos no contexto das Nações Unidas, ajudaram a institucionalizar o tema dentro da ONU, fortalecendo ainda mais sua permanência nos momentos de planejamento da organização. Souza (2014) afirma, por exemplo, que a

vantagem comparativa desta organização na promoção desta cooperação baseia-se, entre outros fatores, em suas maiores legitimidade e sensibilidade frente aos problemas do desenvolvimento; em sua aposta no apoio ao desenvolvimento de capacidades; em sua estrutura descentralizada, que favorece o acesso mais rápido à realidade dos países em desenvolvimento; na sua neutralidade e sua experiência; ou na ênfase no monitoramento e na avaliação objetiva de iniciativas de desenvolvimento Sul-Sul. (SOUZA, 2014, p.72)

No Sistema das Nações Unidas no Brasil, composto por agências, fundos e programas que desenvolvem projetos em parcerias com o governo brasileiro, o tema da CSS ganhou força nos últimos 12 anos. Este aumento da relevância do tema é observado nos UNDAFs já criados no país. Entretanto, foi só no último UNDAF que a CSS realmente se tornou um eixo prioritário para a ONU no Brasil.

Apesar da coleta de dados do presente trabalho não ser conclusiva, ela remota para um problema que precisa ser corrigido - ainda não há como se medir o alcance dos projetos de cooperação sul-sul nos últimos quatro anos, com base nos documentos oficiais do governo. Ainda é preciso estabelecer uma metodologia que possa refletir

claramente qual é o peso dos recursos investidos pelo governo nos projetos da ONU de CSS.

Para o processo de construção do próximo UNDAF, para que haja um melhor aproveitamento das negociações com o governo, com a sociedade civil, com a academia e com os parceiros do setor privado, é preciso investir em análise de dados desagregados do impacto da cooperação sul-sul. Esta desagregação poderia observar critérios como a evolução anual dos investimentos, a distribuição dos projetos por países parceiros da CSS, bem como por temáticas mais fortes para cada um dos países parceiros, entre outros possíveis critérios.

Imbuídos de uma análise da eficiência dos projetos de CSS do Brasil em parceria com as Nações Unidas, poder-se-ia chegar a um documento de UNDAF com um melhor direcionamento de resultados esperados para os próximos cinco anos, terminados o atual ciclo.

Referências Bibliográficas

Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009**. Brasília: IPEA:ABC, 2010. Disponível em: www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Book_Cooperacao_Brasileira.pdf.

Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2010**. Brasília: IPEA:ABC, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_cooperacao_brasileira02.pdf

BALOGUN, P. **The relevance, effectiveness and efficiency of the United Nations Development Assistance Framework (UNDAF)**. United Nations (DESA), 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/unUJVy>>.

ECOSOC, **Support to UN Development Cooperation Forum 2010: South-South and triangular cooperation: improving information and data**. New York: ECOSOC, 2009. Disponível em:

<http://www.un.org/en/ecosoc/newfunc/pdf/analytical%20study%20%28ssc%29%20-%20november%202009.pdf> .

HOBBSAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX 1914 – 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; ABC –AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional**: 2010. Brasília: Ipea; ABC, 2013.

LEITE, P. S. **O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos**: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em:

http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Cooperacao_sul_sul.pdf

MAGNOLI, D. **Relações internacionais: teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2004.

ONU. **Organization of the secretariat of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean**. Secretary-General's bulletin, ST/SGB/2000/5, 2000.

SOUZA, A. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**.

Brasília: Ipea, 2014. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24257

UNCT BRAZIL. **United Nations Development Framework: Brazil (2002 – 2006)**.

Brasília: Sistema da ONU no Brasil, 2002. Disponível em:

<http://undg.org/home/country-teams/latin-america-the-caribbean/brazil/>

UNCT BRAZIL. **Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento:**

Brazil (2007 – 2011). Brasília: Sistema da ONU no Brasil, 2005. Disponível em:

<http://undg.org/home/country-teams/latin-america-the-caribbean/brazil/>

UNCT BRAZIL. **Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento:**

Brazil (2012 – 2015). Brasília: Sistema da ONU no Brasil, 2011. Disponível em:

<http://undg.org/home/country-teams/latin-america-the-caribbean/brazil/>

UNDP Special Unit for South-South Cooperation. *Towards A Consolidated Development Platform for the South*, prepared for 2nd G-77 Eminent Persons Group meetings. New York: UNDP, 2007.

VAKIS, E. **Welfare impacts of the “Juntos” Program in Peru:** Evidence from a non-experimental evaluation. Washington: The World Bank, 2009. Disponible em: http://www.juntos.gob.pe/modulos/mod_legal/archivos/Evaluacion_Cuasi-Experimental1.pdf